



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000339559

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1003783-59.2023.8.26.0201, da Comarca de Garça, em que é apelante CREFISA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS, é apelada LUCIA HELENA TOFFOLI DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma V (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS EDUARDO PACHI (Presidente sem voto), INAH DE LEMOS E SILVA MACHADO E MARCOS DE LIMA PORTA.

São Paulo, 5 de abril de 2025.

RICARDO PEREIRA JÚNIOR

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 3388

APELAÇÃO Nº 1003783-59.2023.8.26.0201

APELANTE: CREFISA S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

APELADA: LUCIA HELENA TOFFOLI DA SILVA

COMARCA: GARÇA

JUIZ(A): JAMIL ROS SABBAG

Cerceamento de defesa não caracterizado. Suficiência da prova documental produzida. Preliminar rejeitada. Encaminhamento do caso para averiguação do NUMOPEDE. Suspeita de litigância predatória. Contratos bancários. Ação revisional. Sentença de parcial procedência. Apelação da parte ré. Instituições financeiras têm direito de cobrar juros não limitados pela Lei da Usura (súm. 596 do STF), nem ao limite de 12% ao ano (súm. 382 do STJ). Ausência de prova de que os juros contratados por terceiros em situações semelhantes sejam muito inferiores à taxa impugnada (tema 27 do STJ). Abusividade da taxa de juros não demonstrada, reformando-se a sentença nesse sentido. Recurso provido.

Vistos.

A r. sentença (fls. 311/315) cujo relatório se adota, julgou a pretensão da parte autora nos autos de ação revisional de contrato nos seguintes termos do dispositivo: “*Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por LÚCIA HELENA TOFFOLI DA SILVA em face de CREFISA S/A, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS e o faço para: (i)*

DETERMINAR a redução os juros pactuados no contrato nº 095010047945 (fls. 20/25) à taxa média de juros remuneratórios de mercado indicada pelo Banco Central na respectiva data de contratação. Em consequência, deverá, em sede de liquidação de sentença, ser recalculado o custo efetivo mensal e anual e o valor das parcelas do contrato originalmente financiado; (ii) CONDENAR a requerida à devolução, de forma simples, das parcelas do pagamento a maior com juros de mora de 1% ao mês, desde a citação, ficando autorizado o abatimento do montante a ser restituído com eventual saldo devedor, apenas atualizadas monetariamente desde o vencimento de cada uma delas, sem a incidência de qualquer outro encargo de natureza moratória, declarando resolvido o mérito nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Por ter a autora decaído de parte mínima do pedido, condeno a requerida ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o proveito econômico obtido”.

Inconformada, a parte ré interpõe recurso de apelação (fls. 327/374), sustentando, preliminarmente, o cerceamento de defesa por necessidade de dilação probatória, bem como indícios de advocacia predatória. No mérito, aduz, em síntese, que os juros não são abusivos.

Contrarrrazões em fls. 599/602.

Preparo em fls. 375/376.

A parte apelante se opõe ao julgamento virtual (fls. 612/613).

Autos remetidos a este Núcleo de Justiça em 2º Grau em 13 de fevereiro de 2025.

É O RELATÓRIO.

Trata-se de ação em que a parte autora alega que firmou empréstimo com a ré, no entanto, aduz que determinadas cláusulas são abusivas. O magistrado *a quo* entendeu pela abusividade dos juros.

Ante a falta de prejuízo ao apelante (art. 277 do CPC), encaminhe-se o processo diretamente para julgamento virtual.

Afasto a alegação da parte apelante quanto a nulidade da sentença, por cerceamento do direito de defesa, em razão do não deferimento de produção de prova requerida.

No caso dos autos, era de todo desnecessária a dilação probatória, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Diante das alegações das partes, os pontos controvertidos envolvem questões suficientemente esclarecidas pela prova documental constante dos autos, não demandando a produção de outras provas, eis que se trata de questão de direito.

Ademais, considerando os indícios de advocacia predatória descritos na apelação, é cabível o encaminhamento do caso para análise do NUMOPEDE.

No mérito, o recurso da parte ré é procedente.

A legislação e a jurisprudência garantem ampla liberdade de fixação de taxa de juros às instituições financeiras, que não se submetem à Lei da Usura (súm. 596 do STF) e podem exigir percentuais superiores a 12% ao ano (súm. 382 do STJ), bem como cobrar capitalização (temas 246 e 247 do STJ).

No julgamento do tema 27, o STJ fixou o seguinte

entendimento relativo ao aparente conflito entre a liberdade das instituições financeiras de fixar taxas de juros e o direito do consumidor contra práticas abusivas:

“É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada. art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto”.

(REsp 1.061.530/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, 2ª Seção, j. em 22/10/2008, g. n.).

Mais especificamente quanto à abusividade, o STJ já teve oportunidade de esclarecer que o mero fato de os juros remuneratórios contratados serem superiores à média do mercado *não* ofende o direito do consumidor, cuja configuração depende de uma série de circunstâncias:

“3. Prevaleceu o entendimento de que a taxa média de mercado apurada pelo Banco Central para cada segmento de crédito é referencial útil para o controle da abusividade, mas o simples fato de a taxa efetiva cobrada no contrato estar acima da taxa média de mercado não significa, por si só, abuso. Ao contrário, a média de mercado não pode ser considerada o limite, justamente porque é média; incorpora as menores e maiores taxas praticadas pelo mercado, em operações de diferentes níveis de risco. Foi expressamente rejeitada a possibilidade de o Poder Judiciário estabelecer aprioristicamente um teto para taxa de juros, adotando como parâmetro máximo o dobro ou qualquer outro percentual em relação à taxa média.

4. O caráter abusivo da taxa de juros contratada haverá de ser demonstrado de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, levando-se em consideração circunstâncias como o custo da captação dos recursos no local e época do contrato; o valor e o prazo do financiamento; as fontes de renda do cliente; as garantias ofertadas; a existência de

prévio relacionamento do cliente com a instituição financeira; análise do perfil de risco de crédito do tomador; a forma de pagamento da operação, entre outros aspectos”.

(REsp n. 1.821.182/RS, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, 4ª T., j. em 23/06/2022, g. n.).

Essa análise do contexto do contrato é necessária, pois um consumidor com renda variável e histórico de várias negativações tende a oferecer mais risco de inadimplência do que outro, com renda fixa e sem qualquer restrição na praça, justificando-se que os juros cobrados do primeiro sejam maiores do que os juros exigidos do segundo.

No caso sob análise, a parte autora limitou-se a comparar a taxa cobrada com a taxa média do mercado, o que não é suficiente para evidenciar abusividade, de acordo com a jurisprudência. Ademais, vale dizer que a taxa média é apenas referência, não obrigatória.

Além disso, a parte autora não provou que outros clientes *em circunstâncias semelhantes às suas tenham obtido juros muito inferiores aos impugnados*. É dizer, não foi demonstrado que, em operações parecidas, consumidores com o mesmo perfil de risco do consumidor tenham obtido juros menores, concluindo-se pela ausência de prova de abusividade.

Portanto, voto para reformar a sentença, tornando válida a cobrança dos juros estipulada no contrato. Assim, a ação é improcedente. Custas e honorários de 15% sobre o valor da causa deverão ser pagos pela parte autora, observando a gratuidade concedida. Ademais, encaminho o caso para análise do NUMOPEDE, haja vista os indícios de advocacia predatória.

A oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com efeitos infringentes dará ensejo à imposição da multa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

prevista pelo artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil.

Considera-se prequestionada toda a matéria constitucional e infraconstitucional discutida, evitando-se, com isso, oposição de embargos de declaração para este fim (Súmulas nº 211 do Superior Tribunal de Justiça e nº 282 do Supremo Tribunal Federal).

Isto posto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso.

RICARDO PEREIRA JÚNIOR

Relator